

FILOSOFIA: UMA DEMANDA DA EDUCAÇÃO PHILOSOPHY: A DEMAND IN EDUCATION

José Pedro Boufleuer*

Resumo

O presente texto entende o filosofar como uma necessidade que se impõe ao educador. Aspectos do pensar humano, como a reflexividade crítica acerca da realidade e a percepção dos fenômenos como complexos e multidimensionais, embora apresentados como característicos do pensar filosófico, são fundamentais e indispensáveis em âmbitos de atuação como o da educação. Sendo que a educação sempre se insere no clima cultural de sua época, a compreensão dos grandes pressupostos do pensar e agir humanos que marcam cada período histórico permite, certamente, uma melhor explicitação do seu respectivo projeto de formação pedagógica. É nesse sentido que se coloca, como demanda à Filosofia por parte da educação, a tematização dos grandes paradigmas do conhecimento, resultantes do movimento de auto-reflexão da razão humana.

Palavras-chave: Filosofia, racionalidade, aprendizagem.

Abstract

The present understand the act of philosophy as a necessity which imposes itself on the educator. Aspects of the human thought, as critical reflexivity towards reality and the perception of phenomena as complexes and multidimensional, although presented as characteristic of the philosophical thought are fundamental and undisposable in the ambits of education. Considering education has always been inserted in the cultural climate of its time, understanding of the great presupposes of human thought and act which mark every historical period certainly allows a better explanation of its respective project of pedagogical formation. It is in this sense that we insert, as a demand to Philosophy from education, the thematization of the great paradigmas of knowledge, resultant of the movement of self-reflection of the human reason.

Key-words: Philosophy, rationality, learnship.

* Professor do Departamento de Pedagogia da UNIJUÍ.

O educador precisa filosofar

O pensar filosófico sempre tem sido associado a uma atitude de curiosidade, a uma capacidade de perguntar e de problematizar, enfim, a uma disposição de sempre estar aberto ao novo, de nunca se acomodar, de nunca se satisfazer plenamente com uma resposta dada. Além disso, o pensar filosófico seria caracterizado pela criticidade, pela radicalidade, pelo rigor e por uma percepção de totalidade, fazendo com que a realidade e a vida humana fossem percebidas como fenômenos complexos, de múltiplas dimensões (MORENTE, 1976; SAVIANI, 1985).

O filosofar, assim situado, longe de constar como uma tarefa reservada a grandes sábios e pensadores, cabe a toda pessoa que quer fazer jus à sua capacidade de refletir acerca da existência, acerca do que faz e para quê faz. E, diferentemente do que à primeira vista possa parecer, a Filosofia não trata de questões distantes, alheias à nossa vida. Ao contrário, ela tematiza o que de mais próximo nos envolve: a vida, as relações com os outros e com a realidade, os pressupostos do pensar e do agir, enfim, o que nos constitui como seres humanos.

Com base nesse entendimento, a reflexão filosófica sobre a educação pode ser colocada na perspectiva da construção da identidade teórica e prática do educador. Essa identidade é certamente fundamental, não só para que sua postura individual seja coerente, mas, também, para que as ações coletivamente empreendidas possam ser articuladas e coordenadas, de um modo reflexivo e crítico. As noções de identidade e de coerência, por sua vez, remetem a uma apreensão de globalidade do fenômeno educativo, que inclui suas condições de possibilidade, seus agentes, seus meios e seus fins.

Quando essa apreensão de globalidade não existe, nem sob a forma de princípios orientadores nem como síntese pessoal, o educador não tem como proceder seletivamente diante de opções que se lhe apresentam, nem como conferir sentidos diferenciados às diversas situações que ocorrem. Sua prática, por isso, só pode ser arbitrária, já que destituída de critérios de discernimento. Conseqüentemente, não há como falar de identidade e coerência da ação do educador (BOUFLEUER, 1997, p.10).

Pode-se dizer que a ação educativa adquire os requisitos da criteriosidade, do discernimento e da coerência, na medida em que todos os aspectos nela envolvidos se articulem reflexiva e ativamente numa certa perspectiva teórica de conjunto. Proporcionar uma tal perspectiva sempre tem sido visto como tarefa da Filosofia da Educação. E, nesse sentido, podemos dizer que a educação sempre foi tributária de uma concepção filosófica.

Essa relação entre educação e Filosofia, no entanto, gostaríamos de pensar não como uma determinação desta sobre aquela, mas na perspectiva de uma colaboração e de um diálogo desejável entre esses dois âmbitos de ação e de reflexão. Por isso, julgamos não ser o caso de solicitar à Filosofia ou ao filósofo profissional para traçarem a perspectiva teórica dentro da qual a educação pudesse ser situada, mas de os próprios educadores exercitarem-se na tarefa de filosofar, já que sua práxis implica uma dimensão filosófica. Em outros termos, não se trata de o filósofo estabelecer os parâmetros do entendimento da educação, como que definindo suas condições de possibilidade. Trata-se, isso sim, de os educadores, enquanto filósofos também, esforçarem-se para tornar reflexiva e coerente a sua prática, auxiliando-se do que dizem os filósofos sobre temas que, de alguma forma, tocam a educação.

Por embasar sua ação em conhecimentos de diferentes áreas científicas, em motivações político-ideológicas, em saberes pedagógicos e mais os de sua própria experiência, o educador depara-se com uma prática social bastante complexa, que requer uma orientação que lhe confira um sentido de totalidade e de coerência. E é sob esse ponto de vista, “de uma relação temática com o todo”, que se coloca a necessidade de uma reflexão filosófica na educação. Essa reflexão deve permitir ao educador ter uma apreensão de si, de seus saberes e de sua prática e, por sua vez, pode servir de orientação para suas decisões e atitudes.

Assim, com base no esclarecimento e na reflexão acerca de conceitos tradicionalmente trabalhados no âmbito da Filosofia, é possível produzir entendimentos em torno de uma série de questões com as quais a educação necessariamente se depara. Com o cuidado para que esse exercício não resulte em prescrições feitas à educação desde o ponto de vista da Filosofia, a compreensão desses conceitos e a percepção de sua incidência sobre os processos pedagógicos constituir-se-á, sem dúvida, em convite ao exercício do filosofar.

Conhecimento e racionalidade: os grandes paradigmas

Os principais temas e conceitos trabalhados no âmbito das relações entre Filosofia e educação podem ser vistos em sua vinculação com os chamados paradigmas do conhecimento. A expressão “paradigma” é aqui usada num sentido bem amplo, significando as referências e condicionantes, muitas vezes não refletidos, que perpassam toda uma época histórica. Essa centralidade do conceito de conhecimento se deve ao entendimento de que, em última instância, a educação lida com conhecimentos (das disciplinas, dos professores e dos alunos), em função dos quais busca a organização de processos pedagógicos de aprendizagem. O tema do conhecimento, por sua vez, articula-se com o que pode ser considerado o grande tema da Filosofia: a racionalidade. Nem sempre o “operar da razão” foi entendido da mesma forma, ao longo dos tempos, o que sugere diferentes concepções de racionalidade subjacentes a também diferentes concepções de conhecimento.

A questão do conhecimento se articula intimamente com as percepções do papel e das finalidades dos processos educativos, já que as sociedades desenvolvem ações pedagógicas com vistas à inserção dos sujeitos, especialmente os das novas gerações, no mundo cultural vigente. Esse mundo é sempre a expressão do estágio de desenvolvimento das ciências, das formas de organização e de convivência social e dos modos de conduta e de expressão individual. Em outros termos, a educação sempre busca ser a expressão do estágio de desenvolvimento da razão do homem no que concerne às relações que ele estabelece com a natureza, com os outros e consigo mesmo. Assim, pode-se dizer que a educação é sempre a expressão (racional) do entendimento que determinada sociedade tem em relação ao que constitui propriamente o “humano”.

Se “humanizar” constitui a finalidade da educação, o modo de operar essa finalidade depende de como se concebe o modo de operar da própria razão. Sob esse ponto de vista, do modo de operar da razão, podemos verificar diferentes concepções ao longo da história do pensamento. Tais concepções poderíamos chamar de auto-explicitações da razão humana acerca do seu modo de ação, de funcionamento, de operação.

a) O paradigma das essências

Esse paradigma parte do suposto de que a realidade do mundo está posta,

seja sob a forma de essências já definidas no mundo, seja sob a forma de essências pré-definidas na consciência dos homens. O homem, como ser racional, pode chegar a descobrir as essências no mundo ou fazê-las aflorar a partir de sua consciência. Conhecer, enquanto modo de operar da razão, consiste no estabelecimento de uma adequação entre a consciência e o mundo. Com isso, os conhecimentos aparecem como explicitações (de essências) que resultam como obra de alguma mente inspirada, contemplativa. O paradigmático, nesse modelo, é que o conhecimento é obra de um sujeito individual que se defronta com o mundo já constituído.

A educação, nesse paradigma, objetiva a acolhida e a retenção dos saberes já explicitados. Com isso, a ação racional, enquanto explicitação daquilo que já está dado na realidade, ocorre antes da ação educativa propriamente dita, por conta do trabalho das “mentes iluminadas”. Não há, portanto, algo que possa ser chamado de construção ou de elaboração do sujeito aprendente.

É esse paradigma, o das essências, que subjaz aos entendimentos produzidos sobre a educação nos períodos antigo e medieval. Por isso, uma compreensão mais aprofundada dos papéis atribuídos aos educadores, bem como dos objetivos buscados pela educação ao longo desse longo período histórico, que vai desde os gregos até o final da Idade Média, é possibilitada à luz desse condicionamento do pensamento que pressupõe um mundo constituído de essências. Situam-se nessa perspectiva, portanto, as contribuições dos grandes filósofos gregos, como Sócrates, Platão e Aristóteles, bem como das grandes figuras da Patrística e da Escolástica, dentre as quais se destacam Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino.

b) O paradigma moderno da razão subjetiva

Nesse paradigma, o aspecto fundamental já não é mais a existência de um mundo já constituído que o sujeito cognoscente busca desvelar, mas a possibilidade de um mundo a ser produzido por obra desse sujeito. Pelo uso de sua capacidade racional, o homem intervém no mundo, transformando-o. Trata-se da visão das ciências da natureza que revelaram ao homem o seu poder de produzir novas realidades. Quem produz conhecimento, no entanto, continua sendo o sujeito isolado que se defronta com o mundo. Com isso, o conhecimento permanece como construção subjetiva, como obra de “iluminados”. Da mesma forma como no paradigma anterior, a operação racional de constituição do saber é algo que precede o ato educativo propriamente dito.

A educação, na concepção deste paradigma, coloca-se na esteira dos grandes cientistas e de suas descobertas. Educar consiste em aprender os conteúdos científicos, em apropriar-se das técnicas que permitem o conhecimento e o domínio racional da natureza e da sociedade. Nessa perspectiva, a razão opera sob a lógica da adequação dos meios com vistas aos fins, sempre programados na ótica do sujeito individual, autodeterminado.

A educação moderna e contemporânea fundamenta seus processos e finalidades nesse paradigma que aposta no potencial criador do pensar e fazer do homem. Todas as grandes correntes de pensamento que se estabelecem, a partir do Renascimento, fazem a aposta num mundo mais feliz e desenvolvido, a partir da exploração do potencial de racionalidade dos sujeitos humanos. À educação caberia, em todos os casos, a tarefa de contribuir para a otimização dessas potencialidades da razão. É nessa linha que se colocam concepções filosóficas como o liberalismo, o positivismo, o pragmatismo, o existencialismo, o marxismo, dentre outras que fortemente influenciaram o campo da educação, ao longo do período moderno e contemporâneo.

É sob a inspiração desse paradigma que, nos últimos séculos, se vêm fazendo esforços na linha da universalização da educação escolar; que se busca otimizar os processos pedagógicos através do auxílio dos saberes das mais diferentes ciências; e que, por fim, se busca redimensionar papéis e objetivos da educação à luz de reflexões críticas acerca da sociedade.

c) O paradigma da comunicação

Neste paradigma, a razão deixa de ter o seu *locus* privilegiado no sujeito individual. O operar da razão passa a ser um feito social, intersubjetivo. O portador do sentido de racionalidade já não é mais o sujeito contemplativo que desvela o que está dado, nem o sujeito que persegue objetivos de conhecimento e de domínio individualmente estabelecidos. Aqui o sentido de racionalidade é percebido como resultado de um entendimento construído entre sujeitos acerca das diferentes realidades que constituem o mundo dos homens. “Racionalidade” e o próprio sentido do “humano” passam a ser percebidos como construções históricas, em constante reconstrução. Por isso, dependem de argumentos, de entendimentos lingüisticamente mediados. O “lugar” da razão, portanto, está na linguagem, marca distintiva da espécie humana, marca que a diferencia.

Conhecimento, seja ele relativo ao mundo objetivo, ao mundo social ou ao mundo subjetivo, é sempre uma produção intersubjetiva, uma relação social. É sempre resultado de um entendimento dos sujeitos acerca de algo que faz parte de seus mundos. Nesse sentido, é sempre uma construção provisória, passível de revisão (BOUFLEUER, 1997, p.57ss).

Educar, nesse paradigma, consiste em se inteirar, em pôr-se a par dos entendimentos/conhecimentos estabelecidos, das razões que os produziram, dos argumentos que os mantêm como pretensamente válidos. Mais do que inteirar-se, é inserir-se, como participante e interessado, nos processos de validação e de refutação dos saberes, na lógica argumentativa que constitui os diferentes campos de saber. Como se vê, não há aí propriamente produto final, um conteúdo dado em definitivo e que, por isso, seja importante ser retido para sempre e a qualquer custo na memória.

O paradigma da comunicação é o que subjaz a um conjunto de propostas pedagógicas mais recentes, que valorizam os aspectos de interação e de diálogo nas práticas educativas. A pedagogia de Paulo Freire, embora não elaborada teoricamente a partir do referencial de uma racionalidade comunicativa, pode, enquanto implementação de uma prática baseada no diálogo, ser considerada uma pedagogia comunicativa. Na mesma direção, colocam-se as propostas que compreendem as aprendizagens como processos de significação de saberes por parte dos aprendentes, já que isso sempre implica percepção das razões que tornam esses saberes pretensamente válidos.

Bibliografia

BOUFLEUER, José Pedro. **Pedagogia da ação comunicativa: uma leitura de Habermas**. Ijuí: UNIJUÍ, 1997.

MORENTE, M. G. **Fundamentos de filosofia**. São Paulo: Mestre Jou, 1976.

SAVIANI, Dermeval. **Educação: do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Cortez : Autores Associados, 1985.